

DIREITO ELEITORAL E DEMOCRACIA

4ª EDIÇÃO revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

DIREITO ELEITORAL E DEMOCRACIA

Cleber Vasconcelos e Marco Antonio da Silva

4ª edição revista, atualizada e ampliada

© desta edição [2024]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI E JULIANA MAYUMI ONO

Diretores Responsáveis

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia

CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Central de Relacionamento Thomson Reuters Selo Revista dos Tribunais

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso eComm

www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [04-2024]

Profissional/Universitário

Fechamento desta edição [22.02.2024]



ISBN 978-65-260-1733-3

Diretores de Conteúdo e Operações Editoriais

Alexandre Ferreira Mattioli e Juliana Mayumi Ono

Gerente de Conteúdo

Andréia R. Schneider Nunes Carvalhaes

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Estagiários: Aline Pavanelli e João Victor Sales

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital**Gerente de Conteúdo**

Milisa Cristine Romera

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiária: Rebeca Crespo Rangel

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

Camilla Furegato da Silva

Gerente de Operações e Produção Gráfica

Maurício Alves Monte

Analista de Produção Gráfica: Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vasconcelos, Clever
Direito Eleitoral e Democracia / Clever Vasconcelos, Marco Antonio da Silva -- 4
ed. rev., atual. e ampli -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2024

ISBN 978-65-260-1733-3

1. Democracia 2. Direito eleitoral - Brasil I. Silva, Marco Antonio da II. Título

24-195959

CDU-342.8(81)

Índices para catálogo sistemático:

1 Brasil : Direito eleitoral : 342.8(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Sumário

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO	9
APRESENTAÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1. HISTÓRIA DO DIREITO ELEITORAL E DA JUSTIÇA ELEITORAL	21
1.1. O direito eleitoral e a Justiça Eleitoral no Brasil: breve relato	21
1.2. Conceito de direito eleitoral em nossa Constituição.....	22
1.3. Fontes do direito eleitoral brasileiro	23
CAPÍTULO 2. PRINCÍPIOS JURÍDICOS	25
2.1. A questão das regras e princípios jurídicos	25
2.2. Princípio da autenticidade eleitoral.....	27
2.3. Princípio da liberdade de voto.....	27
2.4. Princípio constitucional da liberdade para o exercício do mandato.....	27
2.5. Princípio da necessária participação das minorias no debate político	28
2.6. Princípios constitucionais da máxima igualdade na disputa eleitoral e da neutralidade estatal	29
2.7. Outros princípios jurídicos aplicáveis	30
2.7.1. Princípio da soberania popular	30
2.7.2. Princípio republicano.....	31
2.7.3. Princípio da lisura das eleições	31
2.7.4. Princípio da celeridade	31
2.7.5. Princípio da preclusão instantânea	33
2.7.6. Princípio da igualdade do voto	33
2.7.7. Princípio da liberdade de formação da opinião.....	33
2.7.8. Princípio da imediatividade do voto e a questão das listas.....	33
2.7.9. Princípio da legalidade específica em matéria eleitoral e a questão das Resoluções e Instruções do TSE	34

14 • DIREITO ELEITORAL E DEMOCRACIA

2.7.10. Princípio ou regra da anualidade eleitoral?	35
2.7.11. Princípio da unicidade	36
2.7.12. Princípio da fidelidade partidária, justa causa para a desfiliação e a ocorrência de fraude quanto à expulsão	36
2.7.13. Princípio da candidatura aparente	38
CAPÍTULO 3. REGIMES DE GOVERNO E ESPÉCIES DE DEMOCRACIA	41
3.1. Regimes de governo	41
3.2. Democracia direta, semidireta e indireta	42
3.3. Sufrágio	45
3.4. O voto	46
3.5. O <i>impeachment</i>	46
3.6. Instrumentos da democracia	47
3.7. Democracia contínua: a teoria de Dominique Rousseau	48
3.8. O critério da decisão jurídica é uma questão de democracia?	50
CAPÍTULO 4. DIREITOS POLÍTICOS	55
4.1. Conceito e noções de direitos políticos	55
4.2. Direitos políticos	55
4.3. Perda e suspensão dos direitos políticos	58
4.4. Alistamento e voto	64
4.5. Alistamento e cadastro eleitoral: a questão do nome social e da identidade de gênero	69
4.6. Cancelamento e revisão da inscrição eleitoral	70
4.7. Condições de elegibilidade	73
4.8. Filiação partidária	77
4.9. Filiação especial e a elegibilidade do militar	80
4.10. Causas de inelegibilidade	81
4.11. Informativos e súmulas correlatos	93
CAPÍTULO 5. PARTIDOS POLÍTICOS	113
5.1. Natureza jurídica	113
5.2. Conceito	113
5.3. Constituição dos partidos políticos	113
5.4. Direitos e garantias dos partidos políticos	115
5.5. Obrigações dos partidos políticos (prestação de contas anual)	119
5.6. Estrutura paramilitar	130
5.7. Cláusula de barreira	130

5.8.	Fidelidade partidária	132
5.9.	Coligações partidárias	134
5.10.	Federações partidárias	136
5.11.	Convenção partidária (escolha dos candidatos pelo partido).....	138
5.12.	Registro dos candidatos (registro eleitoral)	139
5.13.	Fundo partidário e impenhorabilidade).....	144
5.14.	Informativos e súmulas correlatos	147
CAPÍTULO 6.	SISTEMAS ELEITORAIS	161
6.1.	Sistema majoritário	161
6.2.	Por maioria absoluta (dois turnos)	161
6.3.	Por maioria simples ou relativa (um único turno)	162
6.4.	Sistema proporcional.....	162
6.5.	Súmula correlata	166
CAPÍTULO 7.	CAMPANHA ELEITORAL E ACCOUNTABILITY	167
7.1.	Abordagem geral	167
7.2.	A influência do poder econômico no processo eleitoral: a questão da poluição do processo eleitoral.....	169
7.3.	Publicidade política e as modalidades de propaganda	173
7.4.	Propaganda partidária	175
7.5.	Propaganda eleitoral, contrapropaganda e <i>fake news</i>	176
7.6.	Condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral	184
7.6.1.	É permanentemente proibido	184
7.6.2.	É proibido no ano em que se realizar eleição	184
7.6.3.	É proibido no primeiro semestre do ano de eleição.....	185
7.6.4.	É proibido nos três meses que antecedem as eleições	185
7.7.	Abuso do poder religioso. Propaganda eleitoral. Hipótese de configuração de abuso de poder econômico.....	186
7.8.	Noções gerais do financiamento e da prestação de contas eleitorais.....	188
7.9.	Arrecadação, <i>crowdfunding</i> e prestações de contas de campanha	191
7.10.	O que é isto: o assédio eleitoral?	196
7.11.	Informativos e súmulas correlatos	199
CAPÍTULO 8.	ELEIÇÕES	219
8.1.	Pesquisas eleitorais	219
8.2.	Atos preparatórios para o dia das eleições.....	220
8.3.	O dia das eleições	225
8.4.	Apuração	231

8.4.1.	Apuração no TRE	234
8.4.2.	Apuração no TSE.....	235
8.5.	Proclamação dos eleitos.....	235
8.6.	Diplomação	235
8.7.	Posse	237
8.8.	Fiscalização das eleições.....	238
8.8.1.	Fiscalização pela Justiça Eleitoral	238
8.8.2.	Fiscalização pelos partidos políticos, coligações, candidatos e membro do Ministério Público	238
8.8.3.	Presidente da mesa e juiz eleitoral – Polícia	240
8.9.	Nulidades da votação	241
8.9.1.	É nula a votação quando.....	241
8.9.2.	É anulável a votação quando	241
8.10.	Informativo correlato	243
CAPÍTULO 9.	FRAUDE À QUOTA DE GÊNERO: UM ESTUDO NECESSÁRIO.....	245
9.1.	Representação feminina e a reserva de candidatura	245
9.2.	Simulacro de candidatura feminina (candidatura laranja) e a lisura das eleições.....	246
9.3.	Consequências jurídicas e a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	250
CAPÍTULO 10.	MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	253
10.1.	Previsão legal	253
10.2.	Composição	253
10.3.	Atribuições	254
10.4.	Impedimento.....	258
10.5.	Informativo correlato	259
CAPÍTULO 11.	JUSTIÇA ELEITORAL	261
11.1.	Introdução.....	261
11.2.	Especialidades da Justiça Eleitoral.....	262
11.3.	Da composição da Justiça Eleitoral.....	262
11.4.	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	263
11.4.1.	Composição	263
11.4.2.	Impedimento de seus membros.....	264
11.4.3.	Competência	264
11.4.4.	Irrecorribilidade das decisões.....	266
11.4.5.	Poder regulamentador	266

11.5. Tribunais Regionais Eleitorais (TREs)	266
11.5.1. Composição	266
11.5.2. Competência	267
11.5.3. Recorribilidade das decisões	268
11.6. Juízes eleitorais	269
11.6.1. Noções gerais	269
11.6.2. Competência	269
11.6.3. Escrivão eleitoral	271
11.7. Juntas eleitorais	271
11.7.1. Constituição	271
11.7.2. Composição e impedimentos	272
11.7.3. Competência	273
11.8. Zonas eleitorais	273
11.9. Seção eleitoral	273
11.10. Mesas receptoras	274
11.11. Súmulas	274
CAPÍTULO 12. AÇÕES ELEITORAIS	277
12.1. Introdução: especificidades do processo eleitoral	277
12.2. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC)	280
12.2.1. Finalidade	280
12.2.2. Competência	280
12.2.3. Causas	280
12.2.4. Legitimidade	281
12.2.5. Prazos	282
12.2.6. Prova	283
12.2.7. Julgamento	283
12.2.8. Efeitos da sentença	284
12.3. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	285
12.3.1. Fundamento e objeto	285
12.3.2. Legitimados	285
12.3.3. Competência	285
12.3.4. Causas	286
12.3.5. Prazo	287
12.3.6. Efeitos da sentença	287
12.3.7. Do recurso	288
12.4. Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo (AIME)	288

12.4.1.	Cabimento.....	288
12.4.2.	Previsão legal.....	288
12.4.3.	Legitimidade.....	288
12.4.4.	Competência.....	289
12.4.5.	Hipóteses de cabimento.....	289
12.4.6.	Procedimento.....	290
12.5.	Recurso contra a diplomação (RDC).....	291
12.5.1.	Natureza jurídica e previsão legal.....	291
12.5.2.	Legitimidade.....	291
12.5.3.	Competência.....	292
12.5.4.	Rito.....	292
12.5.5.	Cabimento.....	292
12.5.6.	Efeitos da sentença.....	293
12.6.	Representação ou reclamação.....	293
12.6.1.	Cabimento.....	293
12.6.2.	Legitimidade.....	294
12.6.3.	Competência.....	294
12.6.4.	Procedimento.....	294
12.6.5.	Prazo.....	295
12.6.6.	Recursos.....	295
12.7.	Ação rescisória eleitoral.....	295
12.7.1.	Previsão legal.....	295
12.7.2.	História.....	296
12.7.3.	Legitimidade.....	296
12.7.4.	Competência.....	296
12.7.5.	Cabimento.....	296
12.7.6.	Procedimento.....	297
12.7.7.	Recurso.....	298
12.8.	Consultas eleitorais.....	298
12.9.	Tutelas provisórias.....	298
12.10.	<i>Habeas corpus</i> eleitoral.....	299
12.11.	Mandado de segurança eleitoral.....	300
12.12.	Informativos e súmulas correlatos.....	301
CAPÍTULO 13.	RECURSOS ELEITORAIS.....	307
13.1.	Particularidades dos recursos eleitorais.....	307
13.1.1.	Restrição da possibilidade recursal.....	307

13.1.2. Ausência de juízo de admissibilidade.....	308
13.1.3. Juízo de retratação	308
13.1.4. Do efeito recursal e da apreciação do recurso	308
13.1.5. Prazos	309
13.1.6. Recurso contra as decisões das Juntas apuradoras	309
13.1.7. Recursos contra decisões das Juntas ou juízes eleitorais	309
13.1.8. Recurso contra a decisão do exercício do direito de resposta	309
13.1.9. Em resumo: recursos eleitorais previstos no ordenamento jurídico brasileiro	310
13.2. Recursos eleitorais em espécie e outros instrumentos de impugnação de decisões proferidas no âmbito do processo contencioso eleitoral	311
13.2.1. Embargos de declaração.....	311
13.2.2. Agravo de instrumento	312
13.2.3. Apelação criminal eleitoral	312
13.2.4. Revisão criminal.....	312
13.2.5. Recurso Ordinário Eleitoral	313
13.2.6. Recurso Especial Eleitoral	314
13.3. Súmulas correlatas.....	314

CAPÍTULO 14. DIREITO PENAL ELEITORAL. PROCESSO PENAL ELEITORAL. CRIMES ELEITORAIS

14.1. Breves considerações sobre direito penal eleitoral e processo penal eleitoral...	317
14.2. Crimes eleitorais	319
14.2.1. Previsão legal e conceito	319
14.2.2. Classificação	319
14.2.3. Particularidades dos crimes eleitorais	323
14.2.4. Principais crimes eleitorais.....	326
14.3. Informativos e súmulas correlatos	331

CAPÍTULO 15. EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NA JUSTIÇA ELEITORAL.....

15.1. Considerações e constrições	335
15.2. Impugnação ao cumprimento da sentença	336
15.3. Situações na execução de prestação de contas	337

CAPÍTULO 16. DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL E DEMOCRACIA.....

16.1. Contextualizando a temática ao direito eleitoral.....	339
16.2. As faces do ativismo judicial	341

16.3. Democracia constitucional e ativismo judicial	346
16.4. Conclusão acerca do tema.....	347
ANEXO I. SÚMULAS VÁLIDAS DO TSE.....	351
ANEXO II. RESOLUÇÃO N. 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016 – BRASÍLIA – DF	359
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	363